

humanitas

Vol. XLVIII

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS



HUMANITAS

Vol. XLVIII • MCMXCVI



comparação – entre dois objectos diversos (nessa perspectiva, será de considerar a definição de “enfoque interactivo” que Max Black, citado na p. 155, propõe)² A observação da linguagem popular, não contaminada ainda pelos padrões impostos nos *mass media*, não só é, a este título, elucidativa, como permite corrigir outro preconceito generalizado: o de que a metáfora pertence em exclusivo, ou quase, à linguagem poética³. Sem recusar a sugestiva interpretação que o A. dela faz como “el corazón de la poesía” (p. 7), vê-la-ia antes como uma potencialidade intrínseca ao próprio acto linguístico, espécie de “fermento” presente em maior ou menor grau nos usuários de uma língua, independentemente da *intencionalidade* que distingue a actividade poética.

À parte este reparo, reconhece-se sem custo a eficácia de uma confluência feliz entre tomismo e Filosofia Analítica, que o A. deliberadamente empreende (p. 32). Atestando longa familiarização nos domínios antigos e modernos da reflexão sobre a linguagem (que uma vasta bibliografia, activa e passiva, corrobora), a presente colecção de ensaios tem o interesse de procurar, com assinalável clareza e rigor, o ponto de equilíbrio adequado, quer à delimitação dos problemas versados, quer à análise das controvérsias que motivam. Por esse aspecto, como por outros (vejam-se as modelares sínteses sobre os antecedentes e o aparecimento da Filosofia Analítica e suas correntes e do Estruturalismo, respectivamente pp. 24-29 e 161-166) constitui também uma cativante introdução aos meandros da moderna problemática sobre a linguagem, que se lê com agrado e proveito.

MARIA TERESA SCHIAPPA DE AZEVEDO

PEDRO C. TAPIA ZÚÑIGA, *Leituras Áticas I.*, 2 volumes: *Introducción a la filología griega e Ερωτήματα και γυμνασία* (*Cuestionarios y Exercicios*), México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1994, resp. 137 e 71 pp.

Com estes dois volumes complementares pretende-se testar e, quiçá, implementar um método de ensino do Grego que dispense iniciais demasiado minuciosas e, logo, retardadoras de um contacto imediato e vivo com os textos gregos originais.

² A prioridade da metáfora sobre a comparação, sublinhada já por Aristóteles na *Retórica*, ficou praticamente ignorada na tradição retórica posterior, como nota P. Ricoeur em *A metáfora viva* (trad. port.) Porto, 1983, p. 40. Essa prioridade ontológica é expressivamente posta em destaque por J. G. Herculano de Carvalho, “Inovação e criação na metáfora”, sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, 20 (1962), esp. pp. 14-16.

³ Um exemplo clássico desta linguagem popular, eivada de metáforas, é a fala dos libertos da *Cena Trimalchionis* de Petrónio (*Satyricon*, §§ 41-47).

Não é uma proposta isenta de polémica, dada a complexidade da morfologia grega e das suas características fonéticas (tímbricas e rítmicas) como reflexos evidentes na escrita que a tradição textual nos deixou e sem domínio da qual o aluno não poderá cabalmente apreender a mensagem que lhe é transmitida. Mesmo paladinos da estrita utilização de textos originais nos primeiros estádios de iniciação, como J. Début (*ΔΙΑΔΕΚΩ*, Paris, Les Belles Lettres, 1973), sentem a necessidade de uma abordagem gradual e trabalhada (por vezes ao exagero!) das estruturas linguísticas, no sentido de garantir a solidez necessária à evolução da aprendizagem.

A complicar a perspectivização da proposta apresentada pelo A., acresce que nos são fornecidos apenas seis dos quarenta e oito textos pensados a longo prazo para quarenta e oito lições (realizáveis numa média de três aulas de duas horas – *Ἐρωτήματα*, p. 20), sem indicação precisa dos conteúdos programáticos a alcançar ao longo delas. Supondo, no entanto, que *Leituras Áticas I* se referem a um primeiro semestre de Grego, podemos adiantar algumas observações prévias:

1) O desfazamento entre o nível morfossintáctico e lexicológico dos textos escolhidos e o nulo ou quase nulo que um aluno iniciante subentende é excessivo e gerador de frustrações: a repartição entre “gramática do texto” (a essencial à sua compreensão) e “gramática sistemática” (com a exploração metódica de conteúdos) contém desníveis mais que evidentes e está longe de favorecer uma integração na mensagem dos textos, pese embora a tradução e o vocabulário – laboriosamente agrupado em: a) palavras estruturais b) vocabulário fundamental c) outras palavras e d) vocabulário repetido – que se lhes apõem.

2) Alegar uma compreensão progressiva dos textos como natural na iniciação de uma língua (admitindo, por exemplo, que o texto 1 permite apenas a compreensão de 10% do original, que se volverão em 20% no texto 2 e assim por diante – *Introducción*, p. IX) não é argumentação didáctica convincente, sobretudo para o Grego, porquanto o aluno permanece incapaz de “usar” a língua de uma forma diversa da do texto que tem na frente: os exercícios de questionário em grego – um dos instrumentos mais válidos para testar e consolidar a aprendizagem da língua – convertem-se, tal como são apresentados, em mero eco de frases transcritas, com banal apelo à cópia ou à memória visual e auditiva; ausentes por completo estão os meios e os estímulos à capacidade de associação e transformação do texto que este tipo de trabalho deve em princípio incrementar.

3) Os prólogos de um e outro livro contêm reflexões metodológicas para o seu uso que são de considerar e de alguma forma justificam a opção do A.. É verdade que “en esta tarea da aprendizagem da língua la repetición sistemática y constante es la clave del éxito” (*Introducción*, p. IX); não repugna também, como experiência, que o trabalho “martirizante” da tradução fique seja relegado para o aluno apenas numa fase posterior (*Erotemata*, pp. 9-10). Mas a memória, sobretudo no adulto como é o caso das iniciações ao Grego – através das técnicas sugeridas, como questionários, cópias, ditados e mesmo gravações –, perde eficácia quando não apoiada numa racionalização linguística, que a elementaridade dos conteúdos de “gramática sistemática” e a ausência de unidade estilística, contextual e vocabular dos passos escolhidos não permitem. O recurso negativo e até aberrante à memorização mecânica ressalta nas prescrições ao estudo do vocabulário, onde

o aluno é incitado a gravar, por escrito e oralmente, enunciados de substantivos, adjectivos e verbos sem ter ainda quaisquer noções de e declinação e, evidentemente, de conjugação. (*Erotemata*, p. 28)! Caímos com isto numa escolástica muito mais “martirizante” e duvidosa do que as panorâmicas gramaticais da ortodoxia peda-gógica, cuja sobrecarga é, com alguma razão, posta em causa (*Erotemata*, p. 15).

Outros aspectos de pormenor não deixam de suscitar também perplexidades: não se percebe, por exemplo, a razão de apresentar a declinação completa do interrogativo τίς e do seu correspondente indefinido antes mesmo da sinopse das declinações (*Introducción*, p. 78); se é a oportunidade de explicar a lei das enclíticas, não temos dúvidas de que, com o pronome τις, resultaria mais eficaz apresentar primeiro os paradigmas dos tema em α (e/ ou o) e as suas particularidades de acentuação.

Idêntica ausência de critério é verificável no tratamento da formação dos aoristas e em particular do aumento. Será que verbos como ἐπιφέρω, ἐξάγω e ἐπιπέφω têm aumento em η por começarem por vogal? E o ε de ἔσχων representa afinal um aumento silábico ou temporal? O aluno fica decerto confundido. Para dar uma ideia genérica, mas clara, é óbvio que deveriam ter sido privilegiados outros exemplos. Ainda relativamente aos aoristas assinala-se o exercício 4 dos *Erotemata* (p. 46) onde são pedidos, com base no paradigma de ἔσχων os aoristas indicativos ἔγνων e ἐχάρην – a nota concernente a ἔγνων (que devia ter sido alargada a ἐχάρην) não redime a falta de sensibilidade ao rigor gramatical, detectável em outros pontos, e as reais impossibilidades de correspondência por parte dos alunos.

Por outro lado, se a análise de certas palavras estruturais (partículas, pronomes etc.), bem como observações de conjunto e de pormenor a propósito dos textos se revelam funcionais, o vocabulário não deixa de suscitar discordâncias: para quê tantos nomes próprios praticamente desconhecidos e termos técnicos que o aluno está longe de encontrar nos textos mais comuns? A discrepância de épocas e de linguagens pode ainda ser responsável por uma visão errada de termos elementares, como σῶμα ou πρῶγμα, que no texto 1, por exemplo, surgem em sentido nitidamente afastado do habitual sem que a isso seja feita menção.

Questões de outra ordem podem anotar-se a propósito das orações infinitivas (*Introducción*, pp. 89-92). Não vejo motivo para contestar a designação de oração infinitiva integrante, paralela à de conjuncional integrante (como de oração participial ou gerundiva, sempre que a forma nominal/ verbal tem sujeito próprio). O Grego oferece geralmente, com verbos declarativos e outros, duplicidade de realização gramatical, o que me parece significativo; mas nunca com o verbo φημί, como erradamente se indica na p. 89: a construção deste verbo é sempre com uma infinitiva integrante ou, se se preferir dizer assim, com acusativo + infinitivo (vide William W. Goodwin, *A Greek Grammar*, London, MacMillan Education Lmd., 1983, reimpr. de 1894, p. 327).

Falhas mais visíveis ocorrem na p. 103 da *Introducción*, onde se dá οἶδα como perfeito do verbo κόρω (é-o, quando muito, de um inatestado *εἶδω), e na p. 66 dos *Ἐρωτήματα* cujo vocabulário atribui as formas de futuro, aoristo e perfeito de verbo λέγω ao verbo φημί: são inevitavelmente erros a corrigir numa futura edição.

Em suma, se a proposta metodológica em análise não nos seduz nem nos convence pelas razões já expostas (a que juntamos a preferência por textos de natureza coloquial, numa iniciação) não significa que a forma material que ela reveste não contenha virtualidades: relevem-se algumas visões de conjunto, quer do ponto de vista cultural e literário quer linguístico, e algumas simplificações gramaticais possíveis (assim a apresentação conjunta das desinências temáticas e aтемáticas – *Introducción*, pp. 128-129), sugestivas de novas experiências no campo didáctico.

MARIA TERESA SCHIAPPA DE AZEVEDO

DONATO GAGLIARDI, *Petronio e il romanzo moderno. La fortuna del Satyricon attraverso i secoli*, (La Nuova Italia, Firenze, 1993), 218 p.

Este livro aparece no seguimento de vários outros trabalhos que Gagliardi tem dedicado ao *Satyricon*. Trata-se de um dado importante, pois nota-se que o autor está bem informado e consciente das implicações dos problemas que aborda. O objectivo principal do livro consiste em fazer um estudo comparativo da influência de Petrónio e do *Satyricon* ao longo de várias épocas, abrangendo um lapso temporal que se estende da Idade Média até à narrativa contemporânea, e um leque muito variado de obras e de personalidades. É um estudo profundo e recomendável, na medida em que mostra a vitalidade de um clássico e as diferentes apreciações que foi despertando ao longo dos séculos.

Seguindo um método que nos parece vantajoso, Gagliardi começa por alertar o leitor — de forma geralmente clara e eficaz — para os principais problemas que o próprio *Satyricon* levanta: personalidade de Petrónio, sentido do romance, influxos literários de outras obras, novas técnicas narrativas nele desenvolvidas. Num ponto, contudo, não concordamos com Gagliardi. Ao falar do título do *Satyricon*, reconhece a ligação com a sátira e a presença no romance de elementos tipicamente satíricos, como o tema dos *heredipetae-captatores*. No entanto, conclui (p. 12): «Eppure il *Satyricon* resta molto lontano da questo mondo, per l'assenza di qualsiasi proposito di predicazione morale, di *indignatio*, d'ogni ambizione di fornire strumenti di giudizio o soltanto una qualche ideologia positiva.» Parece-nos que este juízo é resultante de uma visão preconceituosa e, de certa forma, fragmentária e leve do romance.

A questão da moralidade do *Satyricon* remonta, fundamentalmente, a um artigo justamente célebre de Gilbert Highet (“Petronius the moralist”, *TAPhA* 72, 1941, 176-194), que colocava a hipótese do epicurismo de Petrónio e assinalava o facto de a existência atribulada das personagens do romance ir contra o ideal de *ἀταραξία*. Autores que também deram importantes contributos para a questão da seriedade do *Satyricon* foram Helen Bacon, William Arrowsmith, William R. Nethercut e, mais recentemente, a escola de Paolo Fedeli.

A posição contrária, dentro da qual Gagliardi se situa, deriva essencialmente de John P. Sullivan (e.g. *Critical essays on Roman literature — Satire*, London, 1963, 73-92), defensor da ideia de que o *Satyricon* se trata de uma obra literária